



A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NOS CAMINHOS EMANCIPATÓRIOS – Uma visão sociológica

Enio Waldir da Silva¹

Resumo

Os direitos humanos existem para serem vividos no cotidiano de nossas relações sociais e não para serem lembrados esporadicamente em apelos diante de violências e crueldades. Esta é a tese central de nossa reflexão, resultante de uma pesquisa bibliográfica e de uma pesquisa-ação participante com atores da educação escolar. Compreendemos a educação para além do processo escolar, no entanto na escola estão as formas mais sistemáticas de aprendizagem do mundo. Por isso, as relações humanas pacíficas, a dignidade da pessoa, o reconhecimento do outro e a liberdade da vida deveriam ser ensinados e vividos no mundo escolar, pois se vivenciamos algo e a percebemos em todos os lugares do nosso cotidiano ela se torna cultura, valor de vida e *habitus*. É aí que vemos a força do direito vivo, a força da responsabilidade, do dever de cada um preservar o seu direito e reconhecer o direito do outro. Como instituição cultural a escola pode contribuir para criar a cultura dos direitos humanos.

Quando a escola se organiza com base nos princípios da igualdade, do reconhecimento da diferença, da liberdade, da responsabilidade compartilhada e da dignidade da vida ela contribui muito para enraizar uma cultura de direitos humanos. No entanto, a escola não é uma ilha e seus atores – os professores – possuem uma visão aprofundada dos problemas de efetivar uma educação emancipadora nos atuais tempos.

Os variados estudos deixam bem claro isto ao defender um ensino humanista nas escolas, no entanto falham muito ao esquecerem que esta instituição influencia muito pouco na estruturação da sociedade e na educação geral do povo. Há hoje fontes educativas muito mais fortes que as escolas que as sufocam em objetivos de ensinar as ciências. Trata-se de uma audácia abstrata querer que a escola seja a guardiã civilizatória das gerações como propunham alguns iluministas.

¹ Dr. Sociologia. Professor da Unijuí. Programa de Mestrado em Direitos da Unijuí. Eniowsil@unijui.edu.br



São as famílias, o Estado, a mídia, as religiões, as empresas, as leis, as associações, cotidianidades, etc., que possuem as forças orientadoras das ações dos indivíduos. A escola é mais uma instituição no meio de tantas outras. Ela precisa ser mais forte do que é para criar esta nova cultura.

Vivemos um tempo em que as realidades sociais não estão mais permeadas pela defesa de criação e manutenção nas nações e sim por discursos menos institucionais expressando interesses de minorias que querem falar, serem ouvidas e entendidas. Trata-se de desejo de usar a gramática – a própria língua dos cotidianos -, o cultivo de religiões e costumes, acesso aos elementos de dignidade, lutas por saúde, assistência social, proteção, trabalho.

Queremos dizer com isso que a educação escolar precisa perceber que o enfoque de abordagens das aprendizagens está no sujeito mais que no sistema, pois é a pessoa que está exposta a invasão do mundo das comunicações, do consumo e sofrendo os impactos das mudanças culturais. Por isso armam situações conflitos, violências, agressões e reivindicações dos mais variados interesses, pessoas que querem não mais o direito de ser como os outros, mas de ser outro, protegendo suas características, as diferenças e mostrando que cada um pode construir condições de vida, individual ou coletiva, sem perder seus traços de identidades particulares. Ou seja, trata-se da compreensão de não há mais uma cultura universal capaz de responder as exigências da vida civilizada e que os projetos educativos não podem mais se fazer com base em massificações e generalizações. Estamos permeados pelas perspectivas de livre escolha das condutas, liberdades de consciência e de manutenção de imagens do indivíduo particular que quer ter seu direito de ser sujeito, o direito de ser livremente si mesmo, mesmo que isso escancare os conflitos (Touraine, 2010).

O discurso da educação emancipatória precisa deslocar-se da sociedade estruturada por relações de classe, do Estado como o mecanismo de controle da sociedade e voltar-se para os atores sociais e movimentos sociais. Há um novo paradigma no ar, não mais o da formação da consciência e sim a do diálogo, da interação discursiva que podem levar a acordos sobre interesses que dão base a uma melhor organização de luta, mas que não obrigam os indivíduos a ficarem amarrados a engajamentos a uma pátria, um partido ou a um dogma. É o tempo em



que as afetividades, as solidariedades, as generosidades e as individualidades não aceita ser ofendidas ou ameaçadas.

Não se trata de uma visão negativa da educação política dos sujeitos, mas de mostrar que o conteúdo da ação política democracia tão defendida na educação emancipadora mudou. A arena é outra, mas igualmente importante: está no indivíduo e suas relações sociais. É preciso encontrar a universalidade nestes interesses locais para formar o princípio democrático. A educação vivida ali vai despertar o universalismo nas crianças e jovens ao ponto de promover as redes de motivações racionais que constroem as sociabilidades humanas.

Todos os sujeitos condenam aquilo que é intolerável e é por isso que os sujeitos reagem ao esmagamento do consumismo e a multidão solitária e buscam ideais. Estas ansiedades expressivas podem ser canalizadas para uma imagem de futuro que se quer e que precisa de preparação. Quem não tem imagem do futuro e da estrada para lá chegar não se prepara para a caminhada e comporta de qualquer maneira, maltratando o outro como um sinal de desrespeito a si mesmo. As regras da escola, os processos pedagógicos, o rigor na aprendizagem indicam a autoridade compartilhada do professor que projeta um mundo. A interiorização disto tudo leva a uma nova epistemologia do saber para formar uma cultura de vivencia em paz e constrói um ambiente de dignidade e de mutuo reconhecimentos. É isso que se quer na luta pelos direitos humanos vivo e concreto na educação escolar, um modo de viver, um *habitus* impregnado nos sujeitos.

Se o indivíduo tem consciência de ter direito a ser ele mesmo, também dever poder perceber de que assim também é o outro com seus direitos. Tudo começa com ele – o *Eu* – num processo que podemos chamar de unificação e individualização percebida como possível graças a existência do outro que também luta contra a violência, a mercantilização da vida, o estranhamento. O sujeito se afirma exatamente na percepção dos conflitos e ameaças em que ele e o outro resistem. É a consciência de si mesmo como sujeito, que não quer ser humilhado, desprotegido, desrespeitado, esquecido, incompreendido, silenciado. O conjunto destes sujeitos podem ir para os movimentos sociais lutar para fazer a transformação dos artificialismos a que estão inseridos nos últimos tempos.



Em termos gerais, estas transformações só podem acontecer pela comunicação, o diálogo entre indivíduos e coletividades que dispõem, ao mesmo tempo, dos mesmos princípios e de experiências históricas diferentes para se situarem uns em relação aos outros. Entra aí a interdependência de nossa consciência de responsabilidade e nossa angustia da autodestruição que desafiam-nos a criar forças e de reconhecer no outro àquele que está em relação com os mesmo problemas com que eu estou relacionado e cuja história não está totalmente separada da minha própria história.

A educação para a emancipação assenta-se sobre este novo pressuposto da liberdade, da autonomia e da sustentação do direito a palavra que opera as relações intersubjetivas respeitadora da dignidade e do reconhecimento. A educação baseada na comunicação aberta e sem coação poderá definir uma agenda que não fomenta o isolamento das diferenças, mas que fortaleça as reciprocidades decorrentes de defesas da dignidade da humanidade da vida e do reconhecimento da importância da pessoa. É nesse sentido que podemos pautar os direitos humanos como um movimento que poderia amparar estes diálogos que lutam para amparar as particularidades, as complementaridades e as forças em compartilhamento. Os direitos humanos são universais porque a lógica humana é universal, a dignidade de um é igual à dignidade do outro. O mundo cultural reivindica seu diferencial, mas não naquilo que é igual a todo o ser humano. Esta particularidade, como diz Morin (2003) é a coisa mais universal no ser humano.

Referências

- MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feira:** repensar a reforma, reformar o pensamento. Tradução de Eloá Jacobina – 8^a Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- TOURAIN, Alain. **Viver Outramente** - o discurso interpretativo dominante. Petrópolis: Vozes, 2010.